



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 10855.005950/2002-01  
**Recurso nº** 134.894 Voluntário  
**Matéria** IMPOSTO TERRITORIAL RURAL  
**Acórdão nº** 301-34.351  
**Sessão de** 26 de março de 2008  
**Recorrente** JABUR PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.  
**Recorrida** DRJ/CAMPO GRANDE/MS

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL  
RURAL - ITR**

**Exercício:** 1998

**ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA. FALTA DE  
COMPROVAÇÃO.**

Uma vez intimado para comprovar as suas declarações contidas na DITR, cabe ao contribuinte provar o conteúdo das informações ali contidas, ainda que através de laudo pericial arrimado nas normas da ABNT.

**TAXA SELIC. SÚMULA Nº 04 DO 3º CONSELHO DE  
CONTRIBUINTE.**

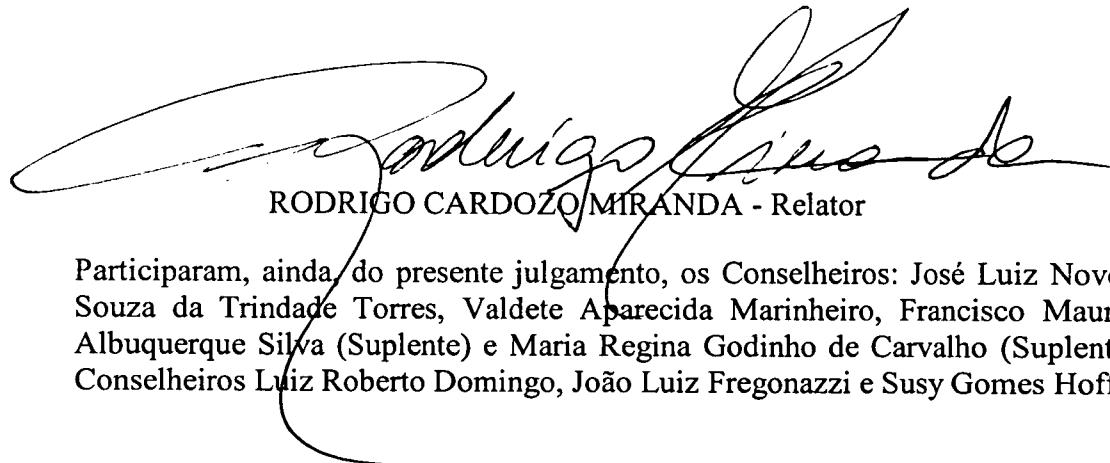
Aplicação da Súmula nº 04 do 3º CC, cujo teor é o seguinte: “A partir de 1º de abril de 1995 é legítima a aplicação/utilização da taxa Selic no cálculo dos juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal”.

**RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

  
**OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente**



RODRIGO CARDOZO MIRANDA - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Irene Souza da Trindade Torres, Valdete Aparecida Marinheiro, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva (Suplente) e Maria Regina Godinho de Carvalho (Suplente). Ausentes os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, João Luiz Fregonazzi e Susy Gomes Hoffmann.

## Relatório

Cuida-se de recurso voluntário interposto por Jabur Participações e Administração Ltda. (fls. 59 a 72) contra decisão proferida pela Colenda 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campo Grande - MS (fls. 42 a 50) que, por unanimidade de votos, JULGOU PROCEDENTE o lançamento constante no Auto de Infração de fls. 01 e 14 a 19.

Conforme se depreende do Auto de Infração, o lançamento de ITR mantido se deu porquanto o contribuinte, regularmente intimado, não logrou comprovar, mediante documentação hábil e idônea, a informação declarada a título de área de utilização limitada (1.064,6 ha).

A DRJ julgou o lançamento procedente pelas razões apresentadas no voto proferido pela relatora, do qual os seguintes trechos merecem destaque:

(...)

*19. Por outro lado, em se tratando de áreas de interesse ecológico ou imprestáveis para qualquer atividade agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, cabia à impugnante além de apresentar o ato do órgão competente, federal ou estadual, reconhecendo essa área como de interesse ambiental, comprovar, no mínimo, a protocolização tempestiva do competente Ato Declaratório Ambiental – ADA, junto ao IBAMA/Órgão ambiental delegado, conforme previsto na legislação anteriormente indicada, aplicada, do ITR/1998.*

*20. A contribuinte apresentou na fase impugnatória cópia do Decreto nº 19.499, fl. 29, que criou o Parque Estadual “Carlos Botelho”. Entretanto, o citado Decreto não amplia as restrições de uso do imóvel, estabelecidas na Lei nº 4.771/65, com nova redação dada pela Lei nº 7.803/89. Ademais, o Decreto citado não tem caráter específico, e também não proíbe a utilização do imóvel.*

(...)

*23. A respeito dos juros, o § 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional diz que os juros são calculados à taxa de 1% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso. A exegese que se extrai do citado dispositivo é a de que o quantum previsto no CTN somente é aplicável de forma supletiva, na ausência de lei que discipline a matéria, o que não constitui a hipótese. O artigo 61, § 3º, da Lei nº 9.430, de 1996, dispõe que, a partir de 01/01/1997, sobre os débitos para com a Fazenda Nacional, incidem juros de mora equivalentes à taxa SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento. Portanto, a taxa SELIC é índice de juros de mora, por determinação legal.*

(...)

Irresignada, a empresa recorrente aduziu que a sua propriedade de fato se localiza no Parque Estadual Carlos Botelho, e que, inclusive, referida área foi incluída no Tombamento da Serra do Mar, nos termos da legislação aplicável à espécie.

Requereu, outrossim, a juntada de cópia do processo CECI nº 029/02, a fim comprovar que a área em questão foi totalmente abrangida pela APAS – Áreas de Proteção Ambiental da Serra do Mar.

Esta Colenda Primeira Câmara, ao seu turno, em sessão realizada no dia 15 de julho de 2007 (fls. 110 a 115), ao reconhecer que o contribuinte havia solicitado prazo para apresentação de laudo técnico e a DRJ não se manifestou a respeito, resolveu converter o julgamento em diligência à repartição de origem, para que a autoridade preparadora intimasse o Recorrente para trazer aos autos documentos imprescindíveis para o deslinde da controvérsia. Entre tais documentos, notadamente um laudo técnico referente à Fazenda Santo Antônio Limoeiro e da outra fazenda limítrofe, capaz de comprovar a existência das alegadas áreas de utilização limitada, isentas, portanto, do ITR/1998.

O contribuinte foi intimado da decisão acima aludida e para apresentar a documentação solicitada em 10/09/2007. Todavia, mesmo intimada, não houve resposta pela recorrente.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Rodrigo Cardozo Miranda, Relator

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Inicialmente, é de se destacar que o recorrente não trouxe aos autos qualquer prova que pudesse confirmar a área de utilização limitada declarada na DITR e glosada pela autoridade fiscal. Ao revés, o contribuinte se manteve inerte, impugnando o auto de infração com esteio apenas em alegações destituídas de prova.

Ocorre, no entanto, que uma vez intimado para comprovar as suas declarações contidas na DITR, cabe ao contribuinte provar o conteúdo das informações ali contidas, ainda que através de laudo pericial arrimado nas normas da ABNT.

De se notar, a propósito, que a recorrente tampouco juntou os documentos mencionados no seu recurso voluntário às fls. 72, que, em tese, comprovariam as suas alegações.

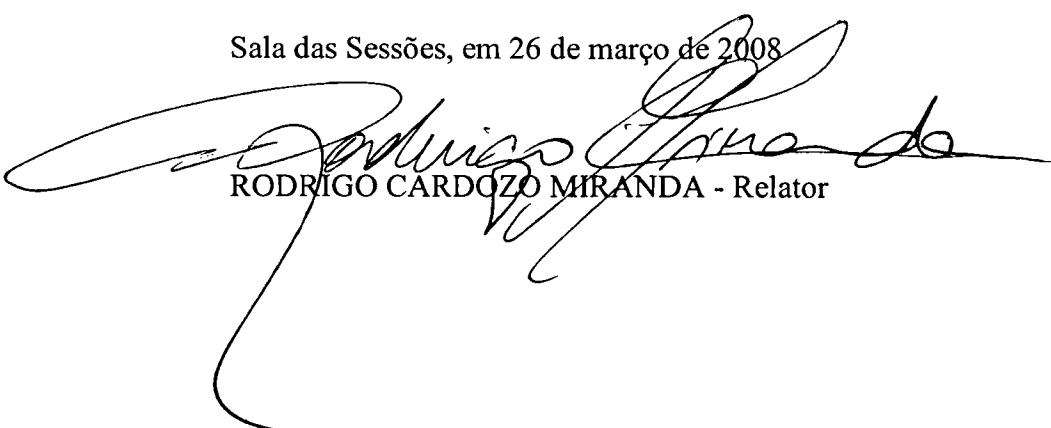
Assim, como o contribuinte nada fez nesse sentido, especificamente quanto à área de utilização limitada, o recurso voluntário, neste particular, não merece provimento.

No tocante à SELIC, melhor sorte não assiste ao recorrente.

Com efeito, tal matéria já foi objeto de decisões reiteradas deste Terceiro Conselho de Contribuintes, cristalizadas na sua Súmula nº 04, cujo teor é o seguinte: “A partir de 1º de abril de 1995 é legítima a aplicação/utilização da taxa Selic no cálculo dos juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal”.

Assim, por todo o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2008

  
RODRIGO CARDZO MIRANDA - Relator